



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

**A emancipação das mulheres nas produções de Vladimir Lênin e
Alexandra Kollontai durante o processo revolucionário russo de 1917**

Michelli Acosta Crespín

Foz do Iguaçu

2024

**A emancipação das mulheres nas produções de Vladimir Lênin e
Alexandra Kollontai durante o processo revolucionário russo de 1917**

MICHELLI ACOSTA CRESPIN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e
História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Endrica Geraldo

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Endrica Geraldo
(UNILA)

Profa. Dra. Iracélli da Cruz Alves
(UFMA)

Profa. Dra. Ana Rita Uhle
(UNILA)

Foz do Iguaçu

2024

A emancipação das mulheres nas produções de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai durante o processo revolucionário russo de 1917

Michelli Acosta Crespín

RESUMO

O presente trabalho analisará como o tema da emancipação das mulheres, mais especificamente das mulheres trabalhadoras, foi abordado por Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai, duas importantes lideranças soviéticas. A fim de que o objetivo do estudo seja contemplado, as fontes a serem utilizadas serão excertos de falas e textos do líder bolchevique Vladimir Lênin e da também revolucionária Alexandra Kollontai. Assim, será possível refletir como cada autor e autora trata das temáticas do trabalho doméstico, ampliação dos direitos das mulheres, maternidade, aborto, divórcio, abandono paterno e pensão alimentícia, a fim de identificar possíveis divergências e congruências. Desta forma, o estudo irá explorar os anos revolucionários na Rússia, principalmente de 1917 até a década de 1920. A discussão se situará no contexto revolucionário e analisará a construção das ideias centrais. O estudo se torna relevante pois apresenta a importância de debates como a maternidade, trabalho doméstico, aborto e direitos das mulheres, e como estes temas ainda reverberam nos dias atuais envolvendo as lutas e através das teorias feministas. Apesar das mudanças históricas e conquistas políticas, grande parte destes problemas enfrentados diariamente pelas mulheres ainda permanece como desafio.

Palavras-Chave: Revolução Russa; Emancipação feminina; Mulheres.

INTRODUÇÃO

As mulheres trabalhadoras operaram uma grande função durante o processo revolucionário russo de 1917. Elas faziam-se presentes nas organizações operárias, em greves e manifestações, reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Segundo Goldman (2014), essas mulheres conquistaram espaços que antes eram compostos por uma maioria masculina, como as indústrias. De acordo com a autora, até o ano de 1917 a força feminina nas indústrias russas era de um total de 40% (GOLDMAN, 2014, p. 150). As mulheres

empregavam as suas forças nos setores metalúrgicos, têxtil, alimentício, etc. Ao comentar o início do processo revolucionário que levou à queda do czarismo na Rússia, Murphy afirma que: “Não foi coincidência que a greve mais importante da história mundial tenha começado com mulheres do setor têxtil em Petrogrado no dia Internacional da Mulher de 1917, em 23 de fevereiro no antigo calendário juliano” (MURPHY, 2017, p. 137). Após os acontecimentos da Revolução de Outubro, quando os bolcheviques chegaram ao poder, estes começaram a pôr em prática novas medidas que visavam alcançar a emancipação feminina. Isto foi resultado das organizações e lutas anteriores ao ano de 1917 e aos debates desenvolvidos por teóricos que viriam a ser grandes influências na Rússia socialista, como Alexandra Kollontai e Vladimir Lênin.

O estudo se torna relevante pois apresenta a importância de debates sobre maternidade, trabalho doméstico, aborto e direitos das mulheres, e como estes temas ainda reverberam nos dias atuais envolvendo as lutas e teorias feministas. Apesar das mudanças históricas e conquistas políticas, grande parte destes problemas enfrentados diariamente pelas mulheres ainda permanecem como desafio. Durante a década de 1970, a chamada segunda onda do feminismo incorporou muitas destas reivindicações. Isso ocorreu no mesmo período em que, principalmente no Brasil, o feminismo adquiriu uma imagem que é relacionada ao movimento comunista (ALVES, 2020, p. 30). Ou seja, teria ocorrido uma aproximação de pautas e lutas marxistas e feministas. De tal maneira, o desenvolvimento destes debates e a organização das mulheres ao redor de tais questões, simultaneamente com a luta pelos seus direitos, ocasionou numa maior visibilidade sobre como esses problemas afetavam principalmente mulheres trabalhadoras, recebendo inclusive maior atenção em estudos historiográficos (ALVES, 2020, p. 20). Acredita-se que a discussão acerca de tais questões pode colaborar no desenvolvimento de ideias que são, atualmente, essenciais para as organizações, lutas e políticas relacionadas às mulheres.

Posto isso, a presente pesquisa objetiva investigar acerca destas questões em um processo histórico do início do século XX, elaborado por sujeitos históricos que não estavam relacionados ao que se entendia como feminismo no período. De tal maneira, o presente trabalho analisará como o tema da emancipação das mulheres foi abordado por Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai, duas importantes lideranças revolucionárias. Isto será alcançado a partir de dois livros que compilam textos deste autor e autora com foco na temática proposta: A emancipação das mulheres e a revolução proletária (2021) e A revolução socialista e as mulheres (2021). Por conseguinte, será possível refletir como cada autor e autora trata das temáticas do trabalho doméstico, ampliação dos direitos das mulheres, maternidade, aborto,

divórcio, abandono paterno e pensão alimentícia, a fim de identificar possíveis divergências e congruências.

Para mais, se faz importante notar como a revolução bolchevique de 1917 agiu perante a sua população feminina, a fim de entender o desenvolvimento dos seus direitos como classe e o que pode ter refreado as ações tomadas pelo Estado soviético à época. Esta discussão será realizada especialmente com base no estudo de Goldman. Isto posto, será possível compreender o processo revolucionário na Rússia atentando à questão das mulheres no processo que tornou possível o primeiro grande país socialista na História.

As fontes selecionadas podem representar um objetivo de politização dos habitantes da nova República Soviética, já que, na época, tinha-se como necessário construir uma nova identidade do cidadão soviético. Isso se evidencia no trabalho do psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934), que viveu os períodos iniciais da Revolução de 1917 até a ascensão de Josef Stálin como líder da União Soviética. Na introdução do livro “A formação social da mente”, Michael Cole e Sylvia Scribner escrevem que: “Vygotsky trabalhou numa sociedade onde a ciência era extremamente valorizada e da qual se esperava, em alto grau, a solução dos prementes problemas sociais e econômicos do povo soviético” (VYGOTSKY, 1991, p. 12). Meios de comunicação como jornais e revistas, que eram publicados durante os anos precedentes da Revolução, tinham um papel fundamental na divulgação de acontecimentos políticos que moldaram a vindoura década de 1920. Dessa forma, faz-se necessário analisar as duas fontes selecionadas a partir de uma perspectiva que saliente, principalmente, a função social das obras de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai.

As lutas pela então denominada emancipação das mulheres reuniram questões que, mesmo depois de 100 anos após o início do processo revolucionário, ainda se fazem presentes em debates sobre a situação da mulher: ampliação dos direitos, divórcio, pensão alimentícia, abandono paterno, maternidade, aborto e trabalho doméstico. Este último ponto, por exemplo, foi tema da redação do principal exame de admissão para universidades no Brasil, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Em 2023, os estudantes que prestaram a prova tiveram que escrever sobre o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”¹. Evidencia-se, assim, a persistência de desigualdades e desafios e a importância de debates que são fundamentais para a emancipação das mulheres

¹ Tema da redação do Enem 2023 é 'Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil'. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2023/noticia/2023/11/05/tema-da-redacao-do-enem-2023-e-desafios-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-realizado-pela-mulher-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

e para os objetivos dos movimentos feministas que vêm se articulando para conquistar suas reivindicações. É importante destacar que as mulheres, durante a revolução e na construção da sociedade soviética, não definiram suas lutas e reivindicações como “feministas”, mas, sim, que suas lutas e debates em torno do que compreenderam como “emancipação feminina”, envolvendo a conquista de direitos foram, posteriormente, incorporadas pelos movimentos e teorias feministas.

A Revolução Russa de 1917 foi um evento histórico que marcou o começo do século XX como um momento decisivo que viria a influenciar muitos debates e acontecimentos políticos e sociais futuros. A Rússia czarista foi derrubada, e a instauração do bolchevismo possibilitou a organização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que foi dissolvida em 1991. De acordo com o jornalista norte-americano John Reed, que acompanhou presencialmente os acontecimentos na Rússia no início do processo revolucionário, o objetivo do líder bolchevique Vladimir Lênin era de que a revolução se espalhasse por outros países europeus. O processo revolucionário pode ser disposto em duas etapas: A Revolução de Março e a de Outubro de 1917. Inicialmente foi instaurado o Governo Provisório, de caráter liberal e que promovia a conciliação com a burguesia. Posteriormente, em outubro, sucedeu-se a instalação dos bolcheviques no poder e o início da URSS (REED, 2017, p. 11).

A Rússia do início do século XX passava por uma forte crise econômica que desencadeou em manifestações contra o poder exercido pelo Czar Nikolái Alieksándrovich Romanóv, que governou de 1894 até a sua abdicação do trono em 1917, ano em que a Revolução foi desencadeada. Neste ano, com a queda do Czar, o menchevique Alexander Kerensky assumiu o governo de forma provisória, e passou a regular os meios de comunicação bolcheviques antes da Revolução de Outubro e, por conta das circunstâncias de agitação revolucionária, o Governo Provisório pretendia fazê-lo novamente (REED, 2017, p. 89). Assim, uma nova Revolução foi organizada ainda em 1917, quando Vladimir Ilitch Ulianov, ou somente Lênin, liderou os bolcheviques para que o socialismo chegasse até o poder na Rússia em outubro do mesmo ano. Os bolcheviques, que representavam a maioria nos sovietes² e sindicatos russos (REED, 2017, p. 52), principalmente na área urbana, “defendiam a proposta de ‘paz, terra e controle operário sobre a indústria’ e um governo da classe trabalhadora” (REED, 2017, p. 49).

² Um *soviet* é um conselho, uma forma de organização popular que, à época da Revolução de 1917, referia-se a uma assembleia cujos membros eram escolhidos por indivíduos de grupos da classe trabalhadora. Cada aldeia ou cidade tinha o seu próprio *soviet* - como o Soviete de Petrogrado, presidido por Leon Trotsky em 1917 - que tinham a tarefa de resolver assuntos particulares de cada localidade.

A nova organização política e econômica da Rússia foi possível, principalmente, pela atuação das massas. Segundo Trotsky (2017, p. 12): “A história de uma revolução é para nós, antes de tudo, a história da entrada violenta das massas no domínio de decisão de seu próprio destino”. Em tal cenário, a insatisfação dessas pessoas perante as condições herdadas do czarismo e do governo provisório foi de importante ação para o início do processo revolucionário. Terminado o ato que deu início à Revolução de outubro de 1917, as chances de mobilidade social aumentaram (GOLDMAN, 2014, p. 291), o que viabilizou uma mudança nos padrões de vida dos soviéticos. Décadas depois da revolução, a emergência de um novo país socialista causava temor em países contrários a este tipo de organização, que tinham na URSS um modelo a ser seguido.

Em um contexto em que a atuação da classe operária russa foi de grande importância para a tomada do poder pelos soviets, a participação política feminina era uma questão que recebia atenção de teóricos e políticos antes, durante e depois da Revolução de Outubro. O líder Vladimir Lênin, por exemplo, tecia críticas à situação social e política das mulheres de acordo com o momento no qual estava inserido, ou seja, de transformação de toda a Rússia até um modelo socialista. Lênin citava, em discursos e outros textos, a questão do trabalho doméstico e como este se traduzia em uma relação arbitrária para com as mulheres, as colocando em uma posição de subjugação perante a vida dentro do lar. De tal maneira, entendia-se, no percurso da Revolução, que as mulheres estavam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, o que suscitava na promoção da socialização desta esfera do trabalho (LÊNIN, 2021). Apesar de Lênin não ter a questão das mulheres como um expoente no seu repertório político, ele delineava falas e textos acerca da participação feminina operária na sociedade russa e socialista. Para ele, era necessário que o capitalismo fosse eliminado para que, finalmente, houvesse melhor condição econômica e, conseqüentemente, a libertação das mulheres do trabalho doméstico, entendido por este como um dos mais árduos trabalhos no contexto russo. Em um texto de 1916, ele afirmou: “certos males econômicos são próprios do capitalismo em geral, independentemente de suas superestruturas políticas, e que é economicamente *impossível* suprimir estes males sem eliminar o próprio capitalismo” (LÊNIN, 2021, p. 83).

Diante de tal cenário, muito se fala de pessoas importantes que contribuíram para a construção da Rússia socialista, como Lênin e Josef Stalin, e, também, os teóricos alemães Karl

Marx³ e Friedrich Engels⁴. Os debates acerca do direito das mulheres, e sua emancipação, começaram a ser esboçados junto ao objetivo de construir uma nova sociedade soviética, com a nova moral socialista que acreditava-se que iria superar a antiga moral herdada da burguesia. A nova moral socialista dizia respeito a um novo conjunto de regras sociais e hábitos que suplantariam uma moral vinda do czarismo que era considerada ultrapassada. Assim, a nova moral instituiria uma sociedade que estava caminhando para uma nação socialista. No prefácio da primeira edição brasileira de “A Revolução Socialista e as mulheres”, de Alexandra Kollontai, a autora Maitê Peixoto⁵ escreve que:

Kollontai enxergava na revolução a possibilidade de associar à criação de uma nova cultura, essencialmente proletária, as suas teses acerca da ‘nova moral’. Ela acreditava que somadas seria mais fácil suplantam a moralidade burguesa cravada na mentalidade da sociedade russa (KOLLONTAI, 2021, p. 31)

Dessa forma, a Revolução Russa significou uma transformação política, econômica e social, a partir do esforço das mãos de operários, políticos, teóricos, etc. Tais transformações sociais não ficaram reclusas nos meios urbanos soviéticos, como Petrogrado⁶ e Moscou, mas também se expandiram até as áreas rurais. Torna-se importante, portanto, questionar como as mudanças direcionadas às mulheres - ou como o planejamento delas - foram abordadas à época. Ações políticas foram realizadas a favor das mulheres proletárias quando a Revolução de outubro foi realizada. Elas foram resultado de pautas que foram levantadas antes de 1917, seja por mulheres ou homens. Nos itens a seguir, serão apresentados autor e autora das fontes utilizadas neste estudo; o contexto da sociedade soviética à época revolucionária; os conceitos de emancipação feminina e direitos das mulheres; a discussão sobre o trabalho doméstico, maternidade, aborto e direitos das mulheres. Finalmente, as considerações finais apresentarão algumas reflexões sobre a importância e a atualidade das ideias e propostas desses líderes revolucionários.

DO AUTOR E DA AUTORA

³ Karl Marx (1818-1883) foi um sociólogo, filósofo, economista, historiador e teórico político alemão que foi um dos autores de o *Manifesto Comunista* (1848)

⁴ Friedrich Engels (1820-1895) foi um empresário e teórico alemão que, junto a Karl Marx, escreveu o *Manifesto Comunista* (1848).

⁵ Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e militante do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

⁶ Atual São Petersburgo.

O presente trabalho terá como base dois livros que sumarizam o pensamento de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai acerca da emancipação da mulher no contexto da Revolução Russa. A escolha por estes nomes se deu por conta de suas influências na organização da sociedade soviética e pela disponibilidade de suas obras traduzidas. Ambos produziram textos que tratavam sobre a situação econômica e social da mulher proletária no início do século XX, e como a derrubada do capitalismo e a construção do comunismo poderia emancipá-la. Pode-se dizer que as principais referências de Lênin e Kollontai eram Karl Marx e Friedrich Engels. Neste caso, estes autores não tinham a questão da emancipação feminina como foco central, mas ainda escreviam sobre a mulher. Além disso, outras referências da época neste tema eram: Konkórdia Nikoláievna Samóilova (militante e jornalista comunista); Inessa Armand (comunista francesa); Rosa Luxemburgo (economista e filósofa marxista). Isso demonstra que as influências de Lênin e Kollontai ultrapassavam as barreiras da língua e cultural.

As fontes utilizadas no presente trabalho são duas compilações, publicadas em forma de livros, de textos produzidos e publicados sob as assinaturas de Lênin e Kollontai, ou de transcrições de discursos e conferências que aconteciam por todo o território soviético. Estes escritos foram veiculados em panfletos, jornais, revistas, ou estavam em relatórios oficiais relativos ao Estado Soviético. No livro de Lênin (2021), há 30 textos, enquanto na obra de Kollontai (2021), é possível encontrar 8 textos, estes sendo mais longos e melhores desenvolvidos. É importante mencionar que a fonte que se refere aos escritos de Kollontai é apenas o primeiro volume de uma coletânea. Os volumes subsequentes não foram colhidos para leitura e análise pois entendeu-se que, além da fonte já selecionada, o trabalho historiográfico de Goldman (2014) também colabora para um maior entendimento acerca do pensamento da teórica soviética. Além disso, as fontes referentes ao trabalho de Kollontai mostraram ser maiores e mais densas do que os textos de Lênin. Isso pode ser explicado pelo fato das fontes de Lênin reunirem mais panfletos e trechos menores de jornais e revistas do que as obras de Kollontai, que, por vezes, eram publicadas em sua forma completa. Também deve ser considerado o fato de os escritos de Lênin terem o objetivo de atingir o máximo de trabalhadores soviéticos possível, com um caráter mais propagandístico, já que se tratava de um dos líderes do Partido. A natureza destes textos produzidos por Lênin e Kollontai sempre serão evidenciados ao longo do presente estudo, considerando qual o título da obra, ano e meio de publicação.

Os textos de ambos os líderes revolucionários foram publicados entre os anos de 1899 até 1972 (ano de publicação póstuma de Lênin), porém foram produzidos entre 1896 até

meados da década de 1920. Portanto, o período revolucionário, desde a Revolução de Fevereiro (1917) até depois da conclusão dos eventos da Revolução de Outubro, foram abrangidos pelos teóricos soviéticos a partir de uma visão que considerava a emancipação feminina como tema fundamental. Os textos aqui utilizados circulavam por meio de jornais ou revistas - que eram encontrados em bancas de jornais pelas ruas das cidades-, em panfletos que podiam ser distribuídos ou colados nas paredes das edificações, ou até mesmos em discursos proferidos pela própria pessoa. Para uma melhor interpretação das informações aqui apresentadas, os textos a serem mencionados no presente artigo estarão acompanhados pelo ano que foram produzidos ou publicados. A partir disso, será possível analisar como foi o desenvolvimento do tema da emancipação das mulheres no início do século XX.

Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924) nasceu na cidade de Simbirsk, no interior da Rússia, em uma família considerada de classe média, já que seu pai, Ilya Ulyanov, trabalhava no governo como inspetor de escolas públicas. Uma importante influência na vida de Lênin foi exercida pelo seu irmão mais velho, Alexandr Ulyanov, que havia ingressado no movimento revolucionário da Rússia contra o czar. Quando da morte de Alexandr, sua família sofreu um linchamento da esfera burguesa, influyendo em uma repulsão contra estas pessoas por parte de Lênin. Quando este já estava com 20 anos de idade, começou a se movimentar dentro do campo revolucionário, e foi mandado ao exílio na Sibéria em 1897 até o ano de 1900. No entanto, teve que voltar ao exílio no ano de 1907 depois dos acontecimentos da revolução russa de 1905. Às vésperas da Revolução Russa de 1917, Vladimir Lênin liderou os bolcheviques, a fim de iniciar o processo revolucionário. Lênin faleceu no ano de 1924, devido a acidentes vasculares que vinha sofrendo⁷

No fim do século XIX, Alexandra Kollontai (1872-1952) nasceu em São Petersburgo, na Rússia. Era filha de uma família considerada da nobreza russa da época e, mesmo assim, foi proibida por eles de ir para a escola. Mais tarde, Alexandra se casou com seu primo Vladimir Kollontai, com quem teve um filho. Ela começou a se engajar no cenário político de forma mais sistemática quando entrou no Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), no ano de 1899. Em 1906, Kollontai aderiu ao setor menchevique do Partido, em um contexto de enalço aos comunistas e, por isso, foi ao exílio político dois anos mais tarde (KOLLONTAI, 2021, p. 14). Durante o governo provisório de Alexander Kerensky, em 1917 - agora já

⁷ SILVA, Daniel Neves. "Vladimir Lenin"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/vladimir-lenin.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2024.

integrante da fração bolchevique - foi presa ao lado de outras pessoas que faziam parte do partido bolchevique, sendo libertada ainda nos próximos meses (Idem, p. 21).

No contexto da Revolução de Outubro de 1917, Kollontai foi designada como Comissária do Povo para o bem-estar social. De acordo com Maitê Peixoto: “Kollontai sabia que a prioridade nesses primeiros anos era combater a coalizão que se formara com a burguesia liberal, defender ferrenhamente os soviets e rechaçar a guerra” (KOLLONTAI, 2021, p. 22). Kollontai, com a importância que estava adquirindo no cenário revolucionário, foi alvo de críticas de cunho sexistas que a denominavam de “louca bolchevique”. Ainda assim, deu continuidade ao seu trabalho no Comissariado, a fim de continuar desenvolvendo o programa que visava auxiliar na nova moralidade socialista. Em 1921, porém, Alexandra Kollontai se junta à Oposição Operária, um grupo que havia se formado no interior do Partido Comunista. De tal maneira, ela decidiu denunciar as ações do Partido que acreditava ultrapassar os limites democráticos, além de julgar que este não acatava com algumas resoluções de Congressos. Kollontai obteve conquistas políticas em sua vida, além de afirmar que seu maior feito foi ter persistido na sua luta pela emancipação das mulheres. Ela faleceu no ano de 1952, em Moscou.

A SOCIEDADE SOVIÉTICA DURANTE A REVOLUÇÃO

A Rússia do início do século XX tinha sua economia baseada na agricultura, que conservava as mesmas condições do século XVII. Considerando o nível econômico de outros países à época, a Rússia era tida como atrasada, principalmente pelo seu lento desenvolvimento. No entanto, este atraso pode ter facilitado o processo de industrialização do país, que ocorreu - assim como a tomada do poder pelos bolcheviques - rapidamente (TROTSKY, 2017, p. 25). Tal era o contexto em que viviam mais de 150 milhões de pessoas, no campo ou nas cidades, nas vilas ou em grandes centros como Petrogrado e Moscou. De modo que a agricultura ainda era importante na estabilidade russa, os trabalhadores ainda retinham muito do que haviam aprendido no campo, já que estes haviam saído do campo para ir trabalhar nas cidades industriais: “a base sobre a qual se formou a classe operária russa não foi o artesanato gremial, mas a agricultura; não foi a cidade, mas o campo” (TROTSKY, 2017, p. 27).

Nas cidades, as notícias circulavam através de jornais, panfletos e outros meios de comunicação. Era possível ler textos de autoria de líderes como Vladimir Lênin nas bancas que ficavam pelas ruas (REED, 2017, p. 98), ou as notícias do dia em impressos colados nas paredes de Petrogrado - onde as pessoas se aglomeravam para saber os últimos acontecimentos da revolução em andamento. As novidades também circulavam entre os habitantes das cidades,

quanto contavam sobre os detalhes mais recentes dos quais tinham ouvido falar (REED, 2017, p. 261). Nesse contexto, a Revolução de Outubro tomou lugar, finalmente levando o poder até os soviets, que tinham o apoio de “pobres, marinheiros, todos os soldados que acreditavam na guerra, os camponeses sem terra e alguns - poucos - intelectuais” (REED, 2017, p. 261). Dessa forma, pode-se afirmar que as ideias que estavam sendo debatidas nas capitais ecoavam através de toda a União Soviética, considerando que as mulheres que viviam no campo estavam a par de seus novos direitos.

As mulheres proletárias participavam ativamente das atividades políticas e militares durante o período revolucionário. O Batalhão Feminino fazia parte do Exército, e acabou defendendo o Governo Provisório durante os seus últimos momentos no poder. As civis que faziam parte da camada intelectual iam assistir a palestras sobre temas como a arte, por exemplo (REED, 2017). No campo, a vida cotidiana ainda seguia as antigas tradições. Com isso, as mulheres, mesmo fazendo parte de uma lógica produtiva de sociedade, não tinham os mesmos direitos que os homens. Em uma posição subalterna, o modo de pensar a posição social das mulheres se transformava lentamente (MANZANO, 2017). A moralidade soviética, que vinha de uma longa tradição, começou a ser transformada, principalmente com as novas medidas que a revolução trouxe com ela.

Com a análise das fontes, percebeu-se que os textos soviéticos sobre a emancipação feminina visavam especialmente a trabalhadora. As mulheres nobres ou burguesas que viviam na época do czarismo não constituíam o foco da discussão. Para que uma nação verdadeiramente socialista fosse construída, seria necessário que quaisquer resquícios da antiga mentalidade burguesa fossem deixados no passado do tempo do czar. Portanto, assim como a mulher trabalhadora era a figura almejada pelo novo aparato soviético, ela era também a principal figura a ser abordada pelos teóricos revolucionários em seus textos sobre a emancipação feminina - afinal de contas este era o único tipo de mulher em que tinham verdadeiro interesse em emancipar, e isso será demonstrado nos itens a serem trabalhados a seguir.

CONCEITOS DE DIREITO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

O conceito de emancipação feminina foi trabalhado por Alexandra Kollontai a fim de analisar a relação entre as mulheres e a Revolução de 1917. De acordo com a teórica, cujo objetivo de vida era a libertação das mulheres, era necessário que o capitalismo fosse superado para que a emancipação feminina pudesse ser alcançada (KOLLONTAI, 2021, p. 10). Em um

contexto em que tradições milenares ainda eram praticadas, as mulheres ainda se encontravam em uma situação, principalmente no campo, de subjugação perante seus companheiros homens. No ensaio “Objetivos e valores da minha vida” publicado em 1926, Kollontai escreve que:

As mulheres, naturalmente, desfrutavam de todos os direitos; mas, na prática, elas, evidentemente, ainda viviam sob a antiga tradição de não terem qualquer autoridade na vida familiar, eram escravizadas por mil tarefas domésticas, tendo que suportar todo o fardo da maternidade e até mesmo questões de ordem material, pois, como resultado da guerra e de outras circunstâncias, muitas mulheres se encontravam completamente sozinhas na vida (KOLLONTAI, 2021, p. 54).

Isto dificultou uma melhor aplicação de leis que visavam melhorias nas condições materiais e sociais das mulheres soviéticas. No entanto, no momento inicial da Revolução, enquanto as teorias ainda sobrepujavam a execução das vindouras leis, acreditava-se que a emancipação feminina poderia ser conquistada, sobretudo através da superação do capitalismo. Lênin (2021, p. 123) e Kollontai (2021, p. 10) concordavam quanto à necessidade de superar o sistema capitalista para que a emancipação feminina possa ser realmente alcançada.

Vladimir Lênin acreditava que uma revolução social apenas pode ser bem-sucedida se tiver a participação das mulheres (LÊNIN, 2021, p. 111). Portanto, na posição de líder na revolução, Lênin trabalhou suas ideias acerca da libertação feminina para que estejam de acordo com a nova moral socialista que buscavam alcançar. De acordo com Nadejda Krupskaja⁸, Vladimir Lênin acreditava que o avanço das indústrias poderia ser de uma importância significativa no que toca à emancipação feminina (LÊNIN, 2021, p. 24). Lênin apresenta uma visão que remonta ao teórico Friedrich Engels, que afirmou que o sistema capitalista forneceu as condições iniciais para que uma emancipação feminina possa ser debatida (GOLDMAN, 2014, p. 60). Isso se dá pois, segundo o autor, as mulheres passam a fazer parte da produção social (pelo menos nas grandes cidades), rompendo com as antigas formas de organização familiar de forma com que mulheres possam adquirir certo grau de independência. Segundo Lênin, as trabalhadoras das indústrias em sociedades capitalistas eram mais qualificadas, em comparação com as camponesas, que sofriam com uma maior exploração do trabalho feminino: “Isso significa que na agricultura, a mulher trabalhadora [...] deve se esforçar ao máximo [...] a fim de acompanhar, o quanto possível, o operário masculino na grande produção capitalista” (LÊNIN, 2021, p. 74). É notável que as mulheres estavam em uma posição de inferioridade na época, mesmo participando ativamente do processo

⁸ Nadejda Krupskaja (1869-1939) foi uma revolucionária russa que é notória por seus feitos na educação.

revolucionário. Com isso, depois dos bolcheviques tomarem o poder após a Revolução de Outubro de 1917, os direitos das mulheres começaram a ser ampliados.

Neste ínterim, a aplicação do direito das mulheres, que antes aparecia apenas nos debates sobre emancipação feminina, começou a ser posto em prática após a Revolução de 1917. Kollontai (2021) escreve que a luta pelos direitos das mulheres tem sua origem em alguns países europeus ao final do século XVIII. Isto ocorreu devido ao avanço da produção, que passou a ter maior participação feminina. Como ele deveria ser aplicado em uma sociedade comunista na Rússia foi discutido por Lênin (2021) e Kollontai (2021) durante os momentos iniciais do processo revolucionário. Isso se dava pois as mulheres eram consideradas essenciais para a construção da sociedade e mentalidade socialistas, esta que suplantaria a antiga mentalidade burguesa. Esta mentalidade era tida como um obstáculo para a verdadeira emancipação feminina (KOLLONTAI, 2021).

É importante lembrar que as mulheres, durante o processo revolucionário, se encontravam em uma situação de subordinação em relação aos homens. Ou seja, ainda tinham suas vidas regidas por antigas convenções, que as colocavam como dependentes dos seus parceiros. Em texto escrito no ano de 1921, Kollontai julgava que a concessão de direitos às mulheres estava intimamente ligada à posição delas no sistema econômico:

Onde a mulher era a principal produtora do sistema econômico, ela era venerada e possuía direitos importantes, mas se o seu trabalho para o sistema econômico tivesse menor importância ou significado, logo ela ocuparia uma posição dependente e sem direitos e se tornaria uma serva e, até mesmo, uma escrava do homem (KOLLONTAI, 2021, p. 153).

Neste contexto, a família, segundo Kollontai, se torna um núcleo que não é uma necessidade para o funcionamento da economia nacional. Isto se deu pois a economia russa passa a ter mais diversificação, havendo grande influência das indústrias. O desenvolvimento da indústria leve, por exemplo, fez com que as mulheres passassem a procurar oportunidades de trabalho fora do lar (MANZANO, 2017, p. 145). Dessa forma, o papel econômico exercido pelas mulheres na sociedade interfere na condição social e material destas. Como o comunismo traria a libertação da mulher do seu trabalho doméstico, mais direitos seriam concedidos a ela.

De tal maneira, a trajetória das mulheres durante o período revolucionário russo de 1917 culminou na obtenção de direitos considerados avançados para sua época. Assim que os bolcheviques se instauraram no poder, o direito ao divórcio foi estabelecido, ampliando a liberdade da mulher e favorecendo a promoção da emancipação feminina. Neste contexto, Vladimir Lênin, um dos líderes da revolução, escreveu alguns textos importantes e declarou

falas a respeito deste tema como, por exemplo, o “Excerto de uma caricatura do marxismo e o economicismo imperialista”, publicado em 1924 na revista *Zvezda* (“Estrela), em que fala sobre a liberdade do divórcio, e sobre como a ausência desta liberdade significa uma opressão para com as mulheres.

Com o início da construção de uma nova sociedade socialista, entendia-se que as mulheres, e a sua emancipação, eram essenciais para que a revolução fosse próspera. Por isso, temas como a maternidade, trabalho ‘feminino’, divórcio, aborto, etc., passaram a ser mais considerados pelo Estado Soviético. De tal maneira, a este foi dado um papel social importante no que toca ao controle da família, já que todas estas questões citadas afetam diretamente a funcionalidade do núcleo familiar.

A MULHER E O TRABALHO DOMÉSTICO

A chegada dos bolcheviques ao poder, após a Revolução de Outubro de 1917, desencadeou uma série de mudanças legislativas referentes às mulheres. Consequentemente, estas passaram a exigir que seus direitos fossem devidamente cumpridos. As mulheres soviéticas se encontravam em um contexto de transformações radicais nos campos político e social. Tradições herdadas do passado czarista persistem no cotidiano da camada feminina. Portanto, é difícil afirmar que a concessão de direitos às mulheres realmente as emancipou. Enquanto no campo político, a lei do aborto era aprovada, as mulheres sofriam violência obstétrica nos hospitais, por exemplo. Em vista disso, se faz importante compreender as ideias referentes à emancipação feminina de duas pessoas influentes na política da época.

Pouco antes da Revolução de Fevereiro de 1917, já eram escritos textos acerca da questão da mulher na Rússia. Vladimir Lênin, já entre os anos de 1896 e 1899, registrava suas considerações sobre a situação de mulheres e crianças no trabalho capitalista a domicílio (algodão, tricô, etc.), em que começam a trabalhar ainda muito jovens e recebem um baixo salário. As críticas de Lênin à situação das mulheres no âmbito do trabalho permaneceram até depois da vitória bolchevique em 1917.

O trabalho feminino, segundo Lênin, era essencial para a vitória do socialismo. Um dos objetivos do proletariado durante a Revolução era a criação de uma milícia popular, composta pelos próprios cidadãos. Para este fim, a inclusão das mulheres era vital, como demonstra um texto de Lênin de setembro de 1917: “E tais funções de ‘polícia’, como o cuidado dos enfermos e das crianças abandonadas, a inspeção alimentar etc, jamais serão realizadas de forma satisfatória até que as mulheres estejam em pé de igualdade com o homem, não apenas

nominalmente, mas na realidade” (LÊNIN, 2021, p. 90). Percebe-se que, mesmo que o trabalho feminino fosse encorajado pelas autoridades soviéticas, ainda existia a ideia de que este deveria ser diferente do trabalho masculino. Lênin considerava o trabalho das mulheres como relativamente mais leve do que o dos homens, o que evidenciava uma visão que deslegitimava o trabalho do cuidado e até mesmo a maternidade, reproduzindo um ideário mais tradicional de trabalho. É necessário lembrar que o trabalho era de extrema importância para a construção da União Soviética. Como consequência, existia o entendimento por parte de políticos de que aqueles que não aplicam sua força no trabalho, não são dignos de se alimentar (LÊNIN, 2021, p. 122). Neste cenário, começaram a ser discutidas e aplicadas novas leis acerca do trabalho feminino.

Vladimir Lênin acreditava que o trabalho doméstico levava as mulheres à uma dupla opressão. No entanto, o líder bolchevique assinala que esse é um problema que está ligado ao sistema capitalista:

Sob o capitalismo, a metade feminina da raça humana é duplamente oprimida. As mulheres trabalhadoras e camponesas são oprimidas pelo capital e, para além disso, mesmo nas mais democráticas repúblicas burguesas elas permanecem, primeiramente, privadas de alguns direitos, porque a legislação não assegura a igualdade com os homens (LÊNIN, 2021, p. 146)

Segundo Lênin, o trabalho doméstico colocava as mulheres numa situação de dupla escravidão, por este ser um serviço de grande exaustão, limitando, assim, as possibilidades do trabalho feminino às quatro paredes de uma casa. Da mesma maneira, Vladimir Lênin acreditava que as mulheres eram mais adequadas aos trabalhos organizativos e referentes ao cuidado. Assim, mesmo sendo consideradas como essenciais para a Revolução, o fato de serem mulheres ainda as impedia de realizar as mesmas tarefas que os homens (LÊNIN, 2021, p. 15). Apesar disso, Lênin não era parco ao escrever sobre a aparente igualdade existente entre homens e mulheres e chegou a afirmar em um discurso na IV Conferência de Mulheres Operárias Sem-Partido da Cidade de Moscou, no ano de 1919, que: “além da Rússia Soviética, não há nenhum outro país no mundo onde as mulheres possam desfrutar de ampla igualdade e não sejam mais humilhadas, principalmente nos afazeres diários da vida familiar doméstica” (p. 121). Dessa forma, era dado um tom de propaganda política dos feitos bolcheviques para a nação soviética.

A questão do trabalho doméstico também era salientada por Alexandra Kollontai. Durante as Conferências sobre a libertação das mulheres de 1921, em Moscou, Kollontai discursou sobre a dificuldade que as mulheres enfrentavam diariamente para poder conciliar o

trabalho dentro do lar (o que incluía os cuidados com o lar, os filhos, e o casamento de um modo geral) e o seu trabalho profissional. Em um cenário como este, que mais comumente acomete as mulheres das grandes cidades, a camada feminina da população fica exilada a uma vida em constante movimento de responsabilidades integrais, em que tarefas se transformam em trabalho (KOLLONTAI, 2021, p. 166).

Em vista da dupla jornada feminina, o Estado soviético, dirigido pelos bolcheviques, passou a planejar a transferência do trabalho doméstico para a esfera pública. Ou seja, havia a intenção de socializar o trabalho doméstico porque acreditava-se que, dessa forma, as mulheres teriam menos responsabilidades laborais em casa. No entanto, as pessoas que iriam trabalhar no projeto de coletivização do trabalho doméstico eram as próprias mulheres. Mostra-se, dessa forma, uma preferência por retirar serviços domésticos dos lares soviéticos do que de fato construir uma nova mentalidade socialista que contribuísse para uma divisão das tarefas do lar entre um casal. Goldman (2014, p. 39) argumenta que foi estabelecido pelo Estado soviético que somente um salário independente poderia realmente equalizar as mulheres na sociedade: “para que as mulheres se libertassem, econômica e psicologicamente, precisariam assemelhar-se mais aos homens ou, especificamente, aos homens trabalhadores”. Isto foi esclarecido por Lênin em 1919, durante a IV Conferência de Mulheres Operárias Sem-Partido da Cidade de Moscou. De acordo com ele, a emancipação feminina seria alcançada quando as mulheres participassem do trabalho coletivo de uma economia nacional socializada. Isto feito, homens e mulheres estarão na mesma posição econômica e social (p. 123). No entanto, Lênin deixa claro que esta igualdade se refere ao fato destas serem “oprimidas por causa da sua posição na família” (LÊNIN, 2021, p. 123). Mesmo assim, ele não acreditava que as mulheres deveriam ter a mesma carga horária ou quantidade de trabalho que os homens. Por outro lado, Lênin era a favor de transformar o local de trabalho a fim de que este seja capaz de receber mulheres com filhos.

Na revisão da Constituição da República Democrática da Rússia de 1917, Lênin propôs que fossem disponibilizados espaços para amamentação em todas as fábricas que empregavam mulheres. Para estas que precisavam amamentar, foi proposto uma redução da sua jornada de trabalho para 6 horas, a fim de poder cuidar de seus bebês (LÊNIN, 2021, p. 95-96). Estas determinações que, aos olhos dos gerentes das fábricas se traduziam em mais despesas, ocasionaram em uma marginalização das mulheres em seus empregos, que relatavam uma discriminação por parte de seus colegas homens. O número de mulheres trabalhando pelo seu próprio salário estava crescendo gradativamente, mas isso ainda não impedia que a herança da mentalidade burguesa imperasse na relação entre os colegas de trabalho nas indústrias:

As mulheres falavam amargamente não apenas de gerentes, mas dos trabalhadores homens também, acusando-os de atitudes sexistas e práticas que debilitava a igualdade no ambiente de trabalho. Mesmo quando seus colegas do sexo masculino não eram ativamente hostis, ainda assim eram condescendentes com as mulheres e menosprezavam suas habilidades (GOLDMAN, 2014, p. 166).

De tal maneira, conclui-se que, apesar dos avanços no debate sobre o trabalho assalariado entre as mulheres, o problema que impedia a sua emancipação ultrapassava os limites da legislação soviética. Mesmo porque as funções de trabalho doméstico e criação dos filhos ainda eram inteiramente associadas à figura da mulher, depositando sob os ombros destas mais responsabilidades do que podiam humanamente suportar.

MATERNIDADE

Com os novos projetos que visavam a emancipação feminina, as mulheres enfrentavam mudanças quanto ao seu lado mãe. Mesmo assim, elas ainda passaram por obstáculos no que tocava ao tema da maternidade. Após a Revolução de Outubro de 1917, a questão da assistência à maternidade recebeu tentativas de nacionalização a partir do Commissariado do Povo - na época liderado por Alexandra Kollontai. Assim como o trabalho doméstico, entendia-se que a nacionalização da maternidade poderia minimizar os problemas das mulheres em ser dona de casa, mãe e trabalhadora ao mesmo tempo.

Alexandra Kollontai foi uma importante figura no debate da maternidade na Rússia soviética, tendo feitos significativos enquanto líder do Commissariado do Povo. Em 1918, Kollontai assinou um projeto de lei que regulava o Escritório Central para Assistência à Maternidade e à Criança (KOLLONTAI, 2021, p. 53). Logo após esta medida, ela assinou um decreto que tornava as maternidades em casas que ofereciam auxílio para as mulheres e os seus filhos recém-nascidos. Todas estas medidas fazem parte do projeto que Kollontai tinha para nacionalizar o apoio à infância e à maternidade, ou seja, oferecer ajuda para aquelas que precisavam de apoio em uma época em que o número de mulheres nas indústrias crescia cada vez mais.

De acordo com um ensaio publicado em 1926, e produzido por Kollontai: “a maternidade devia ser considerada como uma função social e, por isso, protegida e custeada pelo Estado” (KOLLONTAI, 2021, p. 55). Ou seja, a teórica acreditava que a imagem da mãe deveria ser substituída pelo Estado soviético, que tinha o papel de proteger as mulheres enquanto no seu papel como mães. Para Kollontai, a maternidade se tratava de algo que ia além

da esfera privada da vida do cidadão, sendo necessária para o funcionamento da vida em sociedade (GOLDMAN, 2014, p. 305). Isso refletia, também, no debate sobre o aborto, visto que o controle sobre a fertilidade da mulher estava em discussão. Dessa forma, nem ao menos os detalhes sobre contracepção eram alvo de pesquisa por Alexandra Kollontai, dificultando ainda mais a propagação deste tipo de informação.

Os esforços de Kollontai em nacionalizar a assistência à maternidade se devia ao fato de que ela acreditava que: “Somente o comunismo criará um estado de coisas no qual a função natural da mulher, a maternidade, não estará mais em conflito com as obrigações sociais e não impedirá mais o seu trabalho produtivo em benefício da coletividade” (KOLLONTAI, 2021, p. 114). Este trecho demonstra um pouco do porquê a emancipação feminina era um dos objetivos do Estado soviético, ou seja, a construção de uma nação socialista. Para que isto fosse possível, todos os cidadãos deveriam se empenhar no desenvolvimento deste sistema e as mulheres precisariam deixar que o trabalho doméstico e a maternidade fossem nacionalizados para que pudessem focar no trabalho coletivo. Sobre isso, Lênin (2021) publicou um texto em 1920 para o Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras, em que escreveu que: “A principal tarefa é colocar a mulher como parte constitutiva do trabalho socialmente produtivo” (p. 140-141). Ou seja, o trabalho doméstico e a maternidade, ou o cuidado dos filhos, não eram considerados trabalhos produtivos. Com isso, Kollontai acreditava que a família, como a instituição que era historicamente conhecida, estava definhando por perder a sua capacidade produtiva (GOLDMAN, 2014, p. 66).

Na fonte analisada, Vladimir Lênin fala mais sobre as crianças em si do que sobre a maternidade no geral. A questão das crianças era tratada, principalmente, em relatórios que visavam melhorias no tratamento dado pelo Estado soviético à população infantil. Um exemplo de proposta de modificação foi feito durante a revisão do programa do Partido Comunista, publicado em 1917. Lênin propôs que as mães lactantes recebessem licença para cuidar dos filhos doentes, adicionando no item 7 do programa do Partido, que já visava a criação de creches em fábricas que empregavam mulheres (LÊNIN, 2021, p. 95). Legislações com o mesmo teor destas reformulações de Lênin tendiam a trazer um efeito negativo sobre as mulheres, já que os gerentes das fábricas, por não quererem dar as condições necessárias para que estas trabalhem, preferiam contratar homens em seus lugares (GOLDMAN, 2014, p. 155-156).

As dificuldades que circundavam a maternidade fizeram com que muitas mulheres tivessem outras visões sobre ser mãe. A facilitação do divórcio foi feita durante a primeira Constituição soviética, fazendo com que muitos casais se separassem depois de um curto

período. Assim, muitas mães ficaram desamparadas, dado que tinham dificuldade em trabalhar fora de casa para ter um salário independente e, ao mesmo tempo, cuidar de seus filhos. Assim, muitas tinham posições contrárias ao divórcio facilitado, restando o projeto de emancipação feminina (GOLDMAN, 2014, p. 11-12). De tal maneira, fica evidente que um dos obstáculos da libertação das mulheres foi a herança de uma mentalidade que entendia que a população feminina já tinha uma posição estabelecida na sociedade russa: a de esposa, mãe e dona do lar.

ABORTO

A prática do aborto era proibida até o ano de 1920, mas isso não impedia as mulheres de recorrerem a clínicas clandestinas para realizar o procedimento. A tendência era que a quantidade de abortos clandestinos aumentasse após a Revolução de 1917, devido à fraca situação econômica que a União Soviética vinha passando (GOLDMAN, 2014, p. 304). Somase a isso o abandono paterno, a falta de oportunidade de emprego para as mulheres, e o pouco valor de pensão alimentícia que estas recebiam dos tribunais. Isto resultava em uma situação econômica penosa para as mulheres, o que, muitas vezes, as levava a recorrer ao aborto ilegal.

Foi apenas em novembro de 1920 que a prática do aborto foi legalizada pelos Comissariados da Justiça e da Saúde (GOLDMAN, 2014, p. 304). Consequentemente, a União Soviética fez-se no primeiro país a legalizar a prática do aborto de forma gratuita. Mesmo com este avanço, o aborto ainda era considerado como algo negativo pelo Estado. Então, é válido questionar o motivo pelo qual essa prática foi legalizada. Segundo Goldman (2014), as autoridades que tornaram o aborto legal tinham como certo que, a partir do momento que a situação econômica das mulheres melhorasse, o aborto não seria mais necessário para estas. Portanto, para eles, esta era uma questão que dizia respeito à economia, e não exatamente à ampliação dos direitos das mulheres. É importante esclarecer, ainda, que “o feto não era considerado uma pessoa com direitos. Uma mulher que abortasse em qualquer estágio de sua gravidez estaria isenta de processo” (GOLDMAN, 2014, p. 306). Ou seja, mesmo não cometendo um crime, a mulher ainda era vista como culpada perante a moral da sociedade.

Assim como pensava Alexandra Kollontai sobre o aborto, acreditava-se que constituíam um problema social, e não pessoal. É interessante observar como decisões que diziam respeito ao matrimônio e divórcio, ou seja, que tendiam a considerar as escolhas do homem (que se beneficiavam do fácil acesso ao divórcio, por exemplo) em detrimento da justiça para com a mulher, recebiam um tratamento diferente do que o tema do aborto, que tendia a beneficiar as mulheres. Ainda assim, muitos homens, quando descobriam que suas

parceiras estavam grávidas, as obrigavam a passar pelo procedimento do aborto, as colocando em uma situação considerada degradante pelos familiares e vizinhos.

O procedimento do aborto era realizado nas clínicas dos hospitais, por médicos especializados, mas que ainda eram homens com seus antigos preconceitos sobre a operação: “Alguns médicos que eram relutantes em realizar abortos para qualquer tipo de caso podem ter considerado a dor como uma força positiva dissuasória para as mulheres que ‘pretendiam escapar da gravidez’” (GOLDMAN, 2014, p. 314). É curioso ler como a gravidez também era vista como um castigo para as mulheres, e que estas deveriam arcar as consequências de seus atos passados cuidando de um filho indesejado. Mesmo assim, a operação era realizada de forma segura, e as mulheres tendiam a sofrer complicações caso o procedimento fosse feito de forma clandestina. O procedimento poderia durar cerca de 10 minutos, e era feito sem anestésicos, o que causava enormes dores nas mulheres, que também sofriam com violência obstétrica por parte de seus médicos.

A maior parte das mulheres que realizavam o aborto residiam nas grandes cidades, mesmo que o campo tivesse a maior porcentagem de população feminina (GOLDMAN, 2014, p. 315). Alguns fatores que dificultavam o acesso ao procedimento era a falta de hospitais capazes de realizar a operação, principalmente nas áreas rurais: “Havia poucos hospitais antes da Revolução e, ao chegar o ano de 1921, muitos deles tinham deixado de funcionar” (p. 315). A isso soma-se o fato de que as mulheres das grandes cidades tendiam a optar pelo aborto, já que tinham um cotidiano difícil com as dificuldades econômicas da época, como a superlotação das casas ou apartamentos, além de passar o dia trabalhando fora de suas residências. A pobreza, portanto, influía uma grande influência na decisão das mulheres ao abortarem. De tal maneira, o número de membros da família soviética tinha a tendência de diminuir, já que a operação do aborto poderia servir de controle de natalidade. Mesmo com os avanços em relação a este procedimento, o aborto ilegal ainda era muito praticado. Nas zonas rurais, os hospitais costumavam ser de difícil acesso pelas mulheres, o que as levava a optar pela clandestinidade. Dessa forma, o procedimento se tornava mais perigoso para a população feminina.

Dessa forma, é evidente que, mesmo com o debate sobre o aborto ter avançado na União Soviética, ainda havia percalços que impedia a total emancipação das mulheres. Homens, na posição de médicos, pais ou esposos, ainda cultivavam uma mentalidade burguesa que parecia não ter data para se esvaír do território soviético.

DIREITO DAS MULHERES

A Revolução Russa de 1917 e o estabelecimento dos bolcheviques no poder alterou a vida política, econômica e social da população feminina. Porém, os bolcheviques não acreditavam que a lei - uma herança burguesa -, poderia mudar completamente a situação das mulheres, mas este é um tópico que foge do objetivo da pesquisa. Mesmo assim, eles redigiram leis que, por exemplo, substituíram o casamento religioso pelo casamento civil, além de facilitar o pedido de divórcio por qualquer um dos cônjuges (GOLDMAN, 2014, p. 69). Segundo a historiadora Wendy Goldman (2014, p. 17), apenas o adultério (com pelo menos duas testemunhas), ausência de uma pessoa do casal, impotência ou o exílio (político) poderia ser motivo de um divórcio durante a Rússia pré-revolucionária.

No ano de 1918 foi adotado o Código da Família, que estabeleceu que o divórcio poderia ser requerido por qualquer um dos cônjuges, sem precisar dar muitas informações sobre o motivo do pedido. De tal maneira, o direito ao divórcio se tornou mais acessível para homens e mulheres (GOLDMAN, 2014, p. 142). A partir deste momento, o número de requerimentos de divórcios subiu exponencialmente, principalmente na cidade de Moscou, com cerca de 7 mil pedidos somente em 1918 (p. 145). Segundo a historiadora, quanto mais urbanizada era a cidade, maior era o número de divórcios (p. 147). Isso pode estar estreitamente relacionado com o modo de vida das mulheres da área rural e urbana. Enquanto no campo havia um modo de viver a partir da lei consuetudinária camponesa, ou seja, que “se conformava à realidade social no campo, refletindo e reforçando séculos de relações patriarcais” (GOLDMAN, 2014, p. 301). Dentro dessa lei, as mulheres ainda tinham poucos direitos se comparado aos homens como, por exemplo, não podiam reivindicar a propriedade de sua casa, enquanto o homem podia (p. 193). Na cidade, porém, as mulheres tinham mais chances de trabalhar fora de casa, já que os centros urbanos abrigavam grande parte das fábricas.

O divórcio poderia afetar negativamente as mulheres que não tinham amparo financeiro da família. Como já visto anteriormente, a separação de um casal muitas vezes resultava no desamparo total da mulher. As mulheres trabalhadoras que não tinham qualificação necessária e as que trabalhavam no lar eram as mais afetadas, pois se encontravam em uma situação da qual dificilmente poderiam sair sozinhas. Nesses casos, elas recorriam até o tribunal mais próximo para, por exemplo, requerer pensão alimentícia de seus ex-companheiros. Nesse cenário, “os tribunais claramente favoreciam as necessidades das mulheres e crianças em sua interpretação do Código de 1918” (GOLDMAN, 2014, p. 183). No entanto, pelo valor da pensão ser pequeno, era difícil para que as mulheres sobrevivessem com o dinheiro que recebiam dos ex-maridos. Ademais, muitos destes homens se recusavam a pagar o valor

estabelecido pelo tribunal, alguns destes alegando que suas ex-companheiras estivessem abusando dos direitos concedidos a elas.

Além destes obstáculos que os homens criavam para as mulheres, muitos deles ainda abandonavam sua antiga família, abandonando a ex-esposa cuidando e criando sozinha dos seus filhos (GOLDMAN, 2014, p. 159). Os homens, também, tendiam a fazer uso do direito ao divórcio para se separar da esposa e deixar sua família desamparada. O abandono paterno também acontecia antes mesmo da concepção dos filhos, fazendo com que a mulher tenha poucas opções de contornar a situação fora dos tribunais: “[A mulher] Abandonada com um filho, com pouca esperança de emprego ou de acesso à creche, ela tinha recursos legais limitados. Enfrentava um futuro sombrio de tentar sustentar a si própria e a um filho com dez ou vinte rublos por mês, às vezes menos” (p. 183). Para que uma mulher pudesse sobreviver com seu filho, seriam necessários cerca de 70 rublos mensais, o que evidencia a falta de suporte que a população feminina tinha (p. 184).

A questão de abandono por parte de pai não foi significativamente comentada nas fontes analisadas de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai. Baseando-se no fato de que os textos de Lênin, disponibilizados na compilação aqui utilizada, possuem um teor de propaganda política do Partido. Soma-se a isso o fato de que, os escritos de Kollontai, que tendiam a ser maiores por se tratarem de, por exemplo, ensaios, eram mais densos e focavam em uma só temática por um período maior de tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emancipação feminina na Rússia Soviética foi amplamente discutida durante o processo revolucionário do início do século XX. O problema da desigualdade entre homens e mulheres era denunciado em jornais, como o *Pravda*, e em discursos durante conferências que tinham um significativo público feminino. Gradativamente, as notícias se espalhavam pelo território soviético, e a população feminina ficava cada vez mais a par dos seus Direitos. A participação das mulheres em sindicatos também contribuiu para a sua conscientização política.

Os impactos do desenvolvimento do debate sobre a emancipação feminina geraram um significativo impacto em países fora da União Soviética. No Brasil, por exemplo, as mulheres soviéticas eram constantemente citadas nas páginas da revista integralista *Anauê!*. Os integralistas discutiam acerca da mulher ideal e, para fazer um contraponto à sua visão, faziam uso da imagem da mulher soviética, considerada fora dos padrões integralistas, para reforçar o seu ideário da mulher perfeita.

A partir do estudo das fontes de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai, foi possível identificar algumas divergências e congruências deste autor e autora sobre os temas referentes à emancipação feminina. Primeiramente, os textos de Lênin abarcaram um maior período, o que possibilitou uma análise do desenvolvimento do pensamento do líder bolchevique ao longo do tempo. Antes de 1917, os textos de Lênin costumavam ser mais bem elaborados, sempre trazendo referências do cenário político soviético da época e trazendo reflexões e dados acerca da situação das mulheres. No entanto, assim que os bolcheviques se estabeleceram no poder, após a Revolução de Outubro, os escritos de Lênin passaram por uma mudança que tendia a valorizar mais os seus discursos em Congressos focados na questão das mulheres. Ou seja, muitos textos que passaram a ser publicados eram transcrições de suas falas em público, com um teor de apelação política a fim de deixar claro os avanços que a União Soviética havia alcançado a partir do processo revolucionário.

Por outro lado, os textos de Alexandra Kollontai, líder revolucionária que claramente oferecia diferentes interpretações acerca da emancipação feminina com relação à perspectiva de um homem como era o caso de Lênin. A partir destas fontes, foi possível realizar um levantamento que estabeleceu um recorte temporal para a pesquisa nas produções deste autor e autora entre os anos de 1899 até a década de 1920. Os escritos de Lênin tendiam a ser mais densos e ofereciam maiores discussões sobre os temas propostos. Faz-se necessário lembrar, ainda, que os escritos escolhidos como fontes abrangiam um período de tempo menor que os de Lênin. Mesmo assim, a investigação indica que, após a consolidação dos bolcheviques e a criação do Estado soviético, houve uma queda de interesse por parte de alguns políticos em continuar a fomentar a discussão acerca da emancipação das mulheres. Enquanto isso, este debate ainda permanecia forte entre algumas camadas russas, como em partidos de oposição (caso de Kollontai, que iria aderir a outros projetos no decorrer de sua vida) e entre as próprias cidadãs soviéticas, que, graças aos novos direitos concedidos, poderiam debater entre si as mudanças que as novas leis haviam trazido às suas vidas.

O objetivo deste artigo foi partir de análises sobre a produção de Lênin e Kollontai focando na questão da emancipação feminina. O trabalho buscou, ainda, situar esses debates com relação a informações sobre as conquistas e problemas encontrados pelas mulheres no processo de consolidação do Estado soviético e a implementação de políticas voltadas para esse público. O resultado da pesquisa demonstrou que, os avanços relativos aos direitos das mulheres foram muito significativos na vida social, política e econômica da camada feminina na União Soviética, principalmente na década de 1920. Não obstante, conforme as análises desenvolvidas por Goldman, a herança da antiga mentalidade burguesa ainda resistia

fortemente na sociedade russa, impedindo a plena emancipação das mulheres. A violência obstétrica, abandono paterno, desamparo financeiro, etc., faziam com que a camada feminina da população ficasse marginalizada. Mesmo sendo concedidos os seus direitos, a execução destes não era feita de modo que visava a individualização da mulher, como um ser que tinha suas próprias ambições e vontades cotidianas.

As mulheres que foram alvo das concessões foram as mulheres trabalhadoras que, mesmo concordando com as pautas do aborto ou do divórcio, por exemplo, não se declaravam feministas. Futuramente, o movimento do feminista adotaria temáticas como estas para reivindicar mais direitos para as mulheres já no século XXI. No período, o movimento feminista apresentava características mais liberais, voltadas especificamente para a obtenção do direito ao voto. Para o caso da União Soviética, uma pessoa se considerar parte de um movimento, poderia ser vista como alguém que iria “tornar secundária, desnecessária ou politicamente equivocada, a identificação com outros grupos. Era forte a ideia de que isso provocaria o temido divisionismo e o consequente enfraquecimento da luta de classes, central para os comunistas” (ALVES, 2020, p. 24). No entanto, Alves (2020, p. 28), ao discutir sobre a atuação de mulheres comunistas no Brasil, acredita que é possível considerá-las como feministas, já que estas “agiam efetivamente e de forma direta em defesa da quebra das hierarquias entre os gêneros” (p. 28). De tal maneira, abre-se novas possibilidades de interpretação quanto a este tema.

A palavra feminismo teve diferentes significados ao longo dos anos, como afirmado por Alves (2020, p. 21) em sua tese: “Analisando as fontes e ampliando o arsenal bibliográfico, percebi que o feminismo não era uma palavra imutável. Como a maioria dos conceitos, seus sentidos nem sempre foram os mesmos”. No caso do contexto revolucionário russo, é possível concluir que os textos políticos de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai, assim como os seus autores e autoras, não se encaixam no que era então entendido por feminismo. Assim, se torna evidente que ainda existiam muitos pontos divergentes entre Lênin e Kollontai e o movimento feminista da época. Soma-se a isso o fato de que, na União Soviética, se planejava construir uma nação unida pelo movimento socialista, e acreditava-se que a importação de outros movimentos organizados dividiria ainda mais o cenário político soviético.

Entretanto, o tema da emancipação das mulheres proletárias, das mulheres trabalhadoras, assim como o papel exercido por essas mulheres no processo revolucionário e na formação da União Soviética, parece ter constituído o objeto de ampla discussão e com um papel muito importante resultando na implementação de políticas do Estado comunista e em transformações muito consideráveis na vida dessas mulheres. Para mais, o tema da

emancipação das mulheres, se comparado a outros temas referentes à Revolução Russa, ainda é pouco explorado, e deve receber mais fomento para não deixar que mulheres como Alexandra Kollontai sofram um esquecimento de todas as mudanças que possibilitaram ser levadas até ao primeiro grande país socialista da história.

O levantamento das fontes possibilitou um maior campo de visão para o que estava sendo discutido à época da Revolução. A questão do direito das mulheres em uma sociedade socialista se mostrou um assunto que percorreu anos até depois de 1917. Inicialmente, este tema não era tratado com grande evidência, e era debatido indiretamente em textos sobre outras questões. No ano de 1913, por exemplo, Vladimir Lênin discutia sobre a relação entre o neomalthusianismo e a classe operária (LÊNIN, 2021, p. 66) e, mencionou os direitos das mulheres ao dizer que: “A liberdade de propaganda médica e a proteção dos direitos elementares dos cidadãos, homens e mulheres, é uma coisa. A teoria social neomalthusiana é outra, bastante diferente”. Lênin, no entanto, demonstrou uma queda de produção a partir do ano de 1917, quando os bolcheviques se instauraram no poder. Desde o começo de sua produção até este ano, Lênin tecia longas críticas ao desenvolvimento da emancipação feminina. Porém, assim que adquiriu mais funções no Estado Soviético em 1917, seus textos ganharam um tom mais propagandístico dos avanços até então conquistados pelos soviéticos, em uma tentativa de mostrar para todos que nenhum outro país – nem mesmo as grandes democracias europeias – havia alcançado a Rússia Soviética na questão dos direitos das mulheres. Por outro lado, Kollontai permaneceu redigindo textos bem desenvolvidos a fim de contribuir e avançar nos debates da emancipação feminina, até mesmo depois da década de 1920. Dessa forma, se demonstrava o início de um longo debate acerca dos direitos das mulheres, que, de acordo com a pesquisa, seguiria até anos depois da Revolução de 1917. É importante destacar, ainda, o fato de estarem sendo analisados as produções de uma mulher e um homem, o que pode ter influenciado diretamente na longevidade e o interesse sobre o tema da emancipação feminina. Alexandra Kollontai, por ser mulher, passou por experiências que a deram um arsenal político diferente do de Vladimir Lênin, que escreveu sobre o tema partindo de uma visão masculina e que tinha como principais referências outros homens. No entanto, Kollontai expandia cada vez mais a sua bagagem política nesta questão, dando continuidade àquilo que ela definiu como sua meta de vida: a emancipação das mulheres.

De acordo com o levantamento feito a partir das fontes acerca do tema, à época do período revolucionário, o debate acerca dos direitos das mulheres cresceu exponencialmente na sociedade russa, se tornando tema de Congressos por todo o país. De 1918 a 1921, por exemplo, já se discutia entre os bolcheviques a socialização do trabalho doméstico, que era

considerada ‘trabalho escravo’ por Vladimir Lênin. De tal modo, é possível observar como o debate acerca dos direitos das mulheres passa a ter mais visibilidade depois do início da Revolução, em 1917. No âmbito da Revolução Russa, Julia Mayrinck dos Santos (2018) analisa os direitos das mulheres antes e depois do ato revolucionário de 1917.

No início do século XX, quando a Revolução tomou lugar, havia a convicção de que a mulher deveria seguir os costumes patriarcais, agindo perante uma suposta vulnerabilidade intelectual, física ou moral. Durante a Revolução, porém, foi criado um ambiente apto para discussões como o trabalho infantil, direitos e amor livre. Santos (2018) afirma que Vladimir Lênin foi influenciado pelos pensamentos de Karl Marx e Friedrich Engels, quando estes escreveram sobre a importância da emancipação da mulher para que, assim, a libertação do jugo do Capital possa, finalmente, ser alcançada. É importante mencionar, ainda, o debate que há ao redor dos tipos de independência que uma mulher ter. No caso deste trabalho, muito se falou acerca da independência econômica, em que a mulher poderia ter, além dos seus direitos, um salário individual. Porém, ainda há um obstáculo que as mulheres ainda enfrentam mais de 100 anos depois da Revolução Russa: a independência emocional. Muito deste fator impede que as mulheres possam seguir em frente sem o amparo de um antigo ou atual companheiro. Isto perdura até a atualidade, demonstrando que, é necessário mais do que um salário próprio para que uma plena independência feminina possa ser alcançada.

Na segunda metade do século XIX, as mulheres russas estavam à mercê dos relacionamentos familiares, o que as impossibilitaram de planejar uma outra vida para si mesmas. No começo do século XX, mesmo com a ida das mulheres para as indústrias, os seus direitos trabalhistas eram nulos, já que eram vistas como mão de obra barata. Sua situação econômica implicava na continuidade da relação de submissão das mulheres para com as tarefas domésticas, o que as colocava em situações de violência. Em 1914, porém, a conscientização feminina acerca de sua situação social, política e econômica passou a ser melhor desenvolvida. Começou, então, a ser editada pela revista “Trabalhadoras”, com foco em instruir as mulheres trabalhadoras (SANTOS, 2018).

Com o poder tomado pelos bolcheviques em 1917, algumas mudanças foram feitas em relação aos direitos das mulheres, como a conquista do direito à educação. Para mais, houve o início da socialização do trabalho doméstico, na forma da criação de escolas em tempo integral, creches, lavanderias e restaurantes públicos, além de outros espaços que eram reclusos ao trabalho doméstico das mulheres, que também começaram a ser planejados para dar início à emancipação feminina. Santos (2018, p. 30), no entanto, afirma que a criação da Nova Economia Política (NEP) causou “retrocessos em muitos avanços sociais que foram

conquistados até a década de 20, além de mostrar que as mesmas políticas não eram o suficiente para diminuir a miséria do país”. Dessa forma, com a nova política soviética, as condições do trabalho feminino se agravaram cada vez mais, ocasionando no colapso da emancipação feminina. As creches construídas visando a socialização do trabalho doméstico, por exemplo, passaram a ser pagas. Assim, a dependência da mulher ao casamento, à família e ao lar voltou a ser a única normalidade.

Dessa forma, o tema da emancipação das mulheres na União Soviética contemplava tópicos que futuramente iriam fazer parte do movimento feminista de uma forma mais organizada. Isso fica mais evidente a partir do estudo e análise dos periódicos no qual os textos de Vladimir Lênin e Alexandra Kollontai foram veiculados durante o processo revolucionário. Todavia, isso não fazia com que seus autores e autoras se identificassem especificamente como pessoas feministas, mesmo apoiando a conquista dos direitos das mulheres ao longo de suas vidas. O movimento feminista, até então, era pensado por mulheres principalmente de elite ou de classe média. No caso da Rússia, a emancipação feminina dizia respeito à libertação das mulheres proletárias e camponesas, o que exigia a superação do sistema capitalista, reivindicando a revolução. Não se trata apenas de concessão de direitos, mas da ideia de emancipar as mulheres de quaisquer formas de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Iracélli da Cruz; SOIHET, Rachel (orientadora). **Feminismo Entre Ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. 358 f.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. *História Unisinos*, [s. l], v. 26, n. 3, p. 588-604, 2022.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014. 399 p.

KOLLONTAI, Alexandra. **A revolução socialista e as mulheres**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021. 201 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitich. **A emancipação das mulheres e a revolução proletária**; tradução Mariângela de Sousa Marques. – São Paulo: Lavrapalavra, 2021. 160p.

LÓPEZ, Maria Laura. **Lênin, uma das principais figuras da “era dos extremos”**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/lenin-uma-das-principais-figuras-da-era-dos-extremos/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MANZANO, Sofia. A Mulher na Revolução Russa. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 38, p. 136-149, 2017.

MURPHY, Kevin. A história da Revolução Russa de fevereiro de 1917. **Revista Outubro**, n. 28, abril de 2017, p. 135-149.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**: a história da revolução russa. Tradução: Denise Tavares Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 416 p.

REIS, Daniel Aarão (org.). **Manifestos vermelhos**: e outros textos históricos da revolução russa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017. 484 p.

SANTOS, Júlia Mayrinck dos. Os Direitos das Mulheres na Revolução Russa. **Cosmopolítico**, [s. l], v. 4, n. 2, p. 25-33, 2018.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. 2. ed. revisada. Traduzido por Diego Siqueira e Patricia Mafra. São Paulo: Sundermann, 2017. Tomo I, 478 p.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.